

26/03/2026 12:00:26 - AGRO NEWS

ARTIGO/RODRIGO LIMA: CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO E O ROADMAP PARA SE AFASTAR DOS FÓSSEIS



A escalada das tensões geopolíticas no Oriente Médio, envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, evidencia a fragilidade estrutural da economia global ancorada em combustíveis fósseis, com o barril de petróleo Brent rompendo a barreira dos US\$100, com ameaça de atingir US\$ 150. Esse choque de oferta reacende o receio de estagflação que ocorreu na década de 1970, caracterizada por inflação alta, baixo crescimento e elevação das taxas de juros.

A dependência do petróleo, gás e carvão, responsáveis por 70% a 75% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE), consolida-se não apenas como o principal desafio climático, mas como o maior vetor de instabilidade macroeconômica contemporânea.

Em 2023, na 28ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP28), a decisão do Global Stocktake criou um compromisso multilateral para triplicar as energias renováveis até 2030 e se afastar dos combustíveis fósseis.

Na COP30, a tentativa de aprovar um roadmap para avançar com o propósito de gradativamente reduzir a dependência e eliminar os combustíveis fósseis não foi aprovada. Apesar disso, mais de 80 países se comprometeram a evoluir com esse objetivo e a Presidência da COP30 propôs elaborar um mapa do caminho que será apresentado na COP31 buscando criar consensos mínimos no plano multilateral.

Os conflitos no Oriente Médio ressaltam de forma veemente os riscos da dependência do petróleo e, em um primeiro momento, ofuscam o objetivo de um roadmap para se afastar dos combustíveis fósseis. Paradoxalmente, fortalecem a importância de aprofundar a construção de caminhos que permitam reduzir não somente emissões de GEEs, mas fomentar uma economia sustentada em diversas fontes renováveis de energia que beneficiem todos os países.

Em seu livro "A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", Yves

26/Mar/2026 14:30

Lacoste ressalta que o espaço geográfico é fundamentalmente relevante no tabuleiro geopolítico, diante do exercício de poder e dos interesses político-militares. O estrangulamento das rotas de petróleo, em uma região que é responsável por quase 30% da produção global é uma ameaça para a economia global.

Isso sugere que países altamente dependentes da produção e exportação de petróleo e gás (entre 30 e 55% do PIB), como é o caso da maioria dos países do Oriente Médio, detêm ativos geopolíticos significativos, ainda mais quando controlam rotas do comércio internacional.

O transporte de petróleo depende de rotas geográficas extremamente estreitas, como é o caso do estreito de Ormuz, que responde por aproximadamente 20% do comércio global de petróleo (20 a 21 milhões de barris por dia). As tensões têm repercussões significativas não apenas para o mercado de petróleo, mas também já afetam o gás natural e os fertilizantes. Os conflitos ampliam a vulnerabilidade logística de bens industriais e de consumo, especialmente nas rotas entre Ásia e Europa. O Estreito de Bab el-Mandeb que se conecta ao canal de Suez, também está ameaçado, podendo causar impacto grave nas exportações de petróleo da Arábia Saudita.

Isso sugere que integrar os países produtores de petróleo na transição energética é uma condição necessária para avançar com qualquer estratégia de diversificação energética.

Essa é uma barreira substancial para o sucesso do roadmap de se afastar dos fósseis. De forma natural, os países detentores de reservas de petróleo não abandonarão seus ativos. E não se trata apenas do Oriente Médio. Junto com os Emirados Árabes, Arábia Saudita, Kuwait, Iraque e Irã, que detêm as maiores reservas da região, Líbia, Nigéria, Casaquistão, Azerbaijão, Noruega, Estados Unidos, Brasil e Venezuela possuem as maiores reservas de petróleo do mundo.

Torna-se fundamental estimular a produção, o uso e a comercialização de fontes renováveis em todos os cantos do mundo e, para isso, é crucial que essas energias tragam retorno econômico a ponto de se tornarem mais atrativas do que petróleo.

É preciso salientar que a transição energética está em curso. A Agência Internacional de Energia (IEA) apresentou um relatório no final de 2025 mostrando que "a capacidade global de energia renovável deverá dobrar entre agora e 2030, aumentando em 4.600 gigawatts (GW). Isso é aproximadamente o equivalente a adicionar a capacidade de geração de energia da China, da União Europeia e do Japão combinadas à matriz energética global. A energia solar fotovoltaica representa quase 80% do aumento global, seguida pela energia eólica, hidrelétrica, bioenergia e geotérmica. Em mais de 80% dos países do mundo, a capacidade de energia renovável deverá crescer mais rapidamente entre 2025 e 2030 do que no período de cinco anos anterior."

Ampliar fontes e financiamento e fomentar acesso a instrumentos inovadores, que

estimulem inovação e diversificação energética é a tônica da agenda climática. A IEA estima que os investimentos em energias renováveis precisam alcançar ao menos US\$ 4,8 trilhões por ano até 2030, subindo para mais de US\$ 5 trilhões por ano até 2050.

O Roadmap Baku-Belém para a meta de US\$ 1,3 trilhão, que serve de referência para aprofundar os caminhos para mobilizar recursos e facilitar acesso, destaca que o alto custo de financiamento um entrave que precisa ser vencido. Em países em desenvolvimento, os juros representam mais de 50% do custo da eletricidade, contra menos de 30% na Europa. Estima-se que uma redução de apenas 1% nas taxas de financiamento economizaria US\$ 140 bilhões anuais, viabilizando projetos intensivos em capital.

Conectada a isso, existe a gigantesca barreira dos subsídios públicos à produção e/ou consumo de combustíveis fósseis, que proporcionam diferenciais competitivos para países/setores, prejudicando o potencial de fontes alternativas. Em 2022 os subsídios para o consumo dos fósseis ultrapassaram US\$ 1 trilhão. Cenários do Fundo Monetário Internacional calculam que os subsídios implícitos dos fósseis, considerando uma subprecificação das externalidades ambientais, foram de US\$ 6.7 trilhões em 2024.

Regulamentações (incluindo subsídios), têm um papel mais do que relevante para catalisar projetos de energias renováveis. Sem políticas públicas que norteiem e tragam segurança para investimentos, torna-se difícil vencer gargalos de infraestrutura de grids, intermitência e armazenamento, criação de eletropostos, integração de sistemas, exploração de minerais críticos, projetos de Bioenergia, Captura e Armazenamento de Carbono - BECCS e Captura e Estoque de Carbono - CCS, hidrogênio verde, pequenas usinas nucleares, dentre outras fontes.

No campo das regulamentações, vale citar, por exemplo, os mandatos de mistura de biocombustíveis à gasolina e de biodiesel. Há pouco mais de 70 países com mandatos, o que integra renováveis no setor de transportes e reduz o uso de fósseis.

Aliado a financiamento, o mercado de carbono pode ter um papel central no roadmap, visto que a precificação de carbono pode se transformar em um catalisador para viabilizar certos tipos de projeto de energias renováveis. O desafio é encontrar formas para precificar emissões nos setores que mais demandam fósseis, que poderiam contribuir gerando demanda por créditos de carbono de projetos renováveis.

Superar o desafio de tornar os investimentos em fósseis menos atrativos exige uma combinação de estímulos econômicos, políticas públicas assertivas, redução de subsídios aos fósseis e fortalecimento do financiamento de energias limpas. Esse parece ser o maior desafio para o roadmap.

As energias renováveis se tornam cada vez mais competitivas. De acordo com a *International Renewable Energy Agency* (IRENA), a redução do custo dos módulos de energia solar fotovoltaica reduziu 93% entre dezembro de 2009 e dezembro de 2023 e o

custo médio de projetos de energia eólica onshore tiveram uma redução de 70% entre 2010 e 2023.

O roadmap para se afastar dos fósseis precisa incluir importantes países petroleiros, que representem todas as regiões produtoras, visando discutir oportunidades de investimentos e ações que permitam diversificar a matriz energética nesses países.

Ademais é preciso considerar a demanda de petróleo regionalmente e construir soluções para diversificar as renováveis que atendam diferentes países e regiões. Apenas Canadá, Chile, México e Estados Unidos juntos consomem 24,9 milhões de barris de petróleo por dia. Já Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda, Polônia, Espanha, Turquia, Reino Unido e outros países europeus totalizam 13,5 milhões de barris diários. Outros países, como Austrália, Japão, Nova Zelândia, Coreia do Sul e regiões afins, somam 7,2 milhões de barris ao dia. A China destaca-se com um consumo de 16,6 milhões de barris diários, enquanto a Índia consome 5,5 milhões e a América Latina, 6,7 milhões de barris por dia.

Não existe uma solução única capaz de permitir que todos esses países reduzam o consumo de combustíveis fósseis de forma uniforme. Cada realidade demanda estratégias específicas, alinhadas ao perfil energético e às necessidades socioeconômicas regionais.

Na lógica do multilateralismo de duas velocidades, sugerida pelo Embaixador André Correa do Lago, o roadmap poderia propor grupos regionais de países, para fomentar cooperação, transferência de tecnologias, financiamento, comércio e promoção de fontes renováveis. Esse enfoque pode ser útil, por exemplo, para destravar desafios financeiros associados aos projetos, que deve incluir o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, do mercado financeiro e de políticas públicas de financiamento.

A guerra assevera, com muita intensidade, uma crise estrutural ligada aos combustíveis fósseis, em um momento em que há uma corrida pela inteligência artificial, que é intensiva em energia. Paradoxalmente, o roadmap pode criar as bases de uma nova economia política na qual as fontes renováveis terão preferência, não porque reduzem emissões de GEEs, mas porque geram retornos significativos para os investidores, além de benefícios socioeconômicos.

Espera-se que os rumores sobre uma escalada dos preços do petróleo não se concretizem e que o multilateralismo avance, promovendo ações efetivas para reequilibrar o cenário geopolítico. Nesse processo, as fontes renováveis devem ocupar posição de destaque, contribuindo para uma transição energética mais justa e sustentável.

Rodrigo C. A. Lima é sócio-diretor da Agroicone. Advogado, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), possui 21 anos de experiência em comércio internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário e de energias renováveis

Os artigos publicados na Broadcast expressam as opiniões e visões de seus autores